

AL NOTÍCIAS



Impresso Especial

95143 7 2007 DP SC AI FGC

... CORREIOS ...

Distribuição gratuita

Finanças aprova parecer final do Plano Plurianual 2008-2011

PPA fixa diretrizes, objetivos e metas da administração pública para os próximos quatro anos

Página 8

SESSÃO ESPECIAL

Parlamento destaca dois anos de aprovação da Lei das APAEs

Miriam Zomer



A Assembléia Legislativa realizou, dia 5, sessão especial para marcar os dois anos da aprovação da Lei nº 13.633, que destina 1% do Fundo Social para as associações dos Pais e Amigos dos Excepcionais.

Através da lei, já foram repassados mais de R\$ 14 milhões para 192 APAEs de Santa Catarina. Recursos que beneficiaram diretamente 15,8 mil crianças e adolescentes portadores de necessidades especiais. A sessão teve a presença do governador Luiz Henrique da Silveira.

Páginas 6 e 7

Kuhlmann e Andrino assumem como deputados

Página 9

Assembléia presta homenagem à Academia da PM e ADI

Eduardo Guedes de Oliveira



Alberto Neves



Aprovado projeto para qualificar trabalho feminino

Página 10

Sessões solenes destacam 80 anos da Academia da PM na Trindade e enaltecem trabalho da Associação dos Diários do Interior

Página 3

O Brasil em Debate vira livro e será lançado dia 11

Página 11

OPINIÃO

Preservar sem prejudicar

Uma das questões mais comentadas nos dias de hoje em nosso Planeta é o problema ambiental, o desmatamento, o aquecimento global.

Em Santa Catarina não é diferente. A comissão de Agricultura da Assembléia Legislativa vem realizando várias discussões sobre o tema, que muito interfere na produção e na vida dos pequenos agricultores do estado.

Não podemos aceitar que nosso território tenha as mesmas leis ambientais que outros que possuem características completamente diferentes. Precisamos adequar às leis, as realidades geográficas e produtivas de cada região.

Temos que tomar cuidado com a palavra preservação e não pensar que ela está ligada somente ao meio ambiente e esquecer que por trás existem seres humanos que ao longo do tempo, utilizam da terra para sobreviver e produzir o alimen-

to diário de toda a humanidade.

Não temos dúvidas que a preservação ambiental precisa acontecer, mas sabemos também que deve ser cooperada com o produtor, para que este não acabe pagando um preço que não é dele.

Através da comissão, em parceria com Governo do Estado e algumas entidades particulares, foi criado um projeto que visa ajustar a legislação ambiental feita em nosso estado, de maneira que respeite nossas culturas, nossas diversidades.

Temos um estado que produz no frio e no calor, que tem litoral e campos de altitude e por isso não podemos usar uma mesma legislação em todos os lugares.

Se o produtor da serra catarinense ou do meio-oeste tiver que atender as mesmas regras daqueles que vivem no litoral, com toda a certeza, logo-logo, estarão largando suas pequenas proprie-

dades para abarrotar os centros urbanos, inchando cada vez mais as favelas de nosso estado.

Não podemos descuidarmos do que de mais sagrado nos representa em forma de vida, a alimento. E para que todas as mesas, de todos os brasileiros, de todos os catarinenses, sejam fartas ou no mínimo atendam, o que muitos ilustres humanistas já falaram, sem comida não existe justiça social. Devemos olhar com maior compromisso e responsabilidade as formas de conciliar a produção e a preservação sem, contudo, inviabilizarmos o nosso agricultor.

A sobrevivência das futuras gerações, a preservação do meio ambiente e da biodiversidade, o compromisso do resgate de dividas sociais e econômicas, exige nestes tempos, equilíbrio.

Deputado Moacir Sopelsa (PMDB)

TVAL vence Prêmio Fiesc

A TVAL foi a grande campeã do Prêmio Fiesc de Jornalismo deste ano com o documentário SantaTec, que mostra o desenvolvimento tecnológico no estado. Durante três meses, duas equipes da TVAL percorreram o estado para registrar a evolução do setor em todas as regiões.

Planejado para ser apresentado em três partes, o trabalho mostra novidades como o primeiro carro genuinamente catarinense e a construção da hidrelétrica de Campos Novos, considerada modelo de engenharia para o mundo.

A premiação será dia 14, na Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina, na Capital.

A EQUIPE

Idealização
Suelen Costa

Direção
Waldir Mauricio e
Nelson Wolter

Texto, produção e edição
Suelen Costa e
Tatiana Kinoshita

Imagens
Rodrigo Ramos e
Marcelo Silva

Finalização
Everton Medeiros

Arte
Rogério Vide

Apoio
Darci Costa

Coordenação TVAL
Marise Ortiga Rosa



Miriam Zomer

Mauricio, Everton, Rodrigo, Suelen e Tatiana

2007: um ano de realizações

Ao encerrar o primeiro ano, deste quarto mandato, destacamos a elaboração de proposições em áreas como segurança pública, meio ambiente, educação, incentivo ao desenvolvimento econômico e direito do consumidor.

Nosso empenho foi coroado com a aprovação de quatro matérias, como a que reconhece o município de Chapecó como Capital Catarinense dos Eventos de Negócios. Aprovada também a Lei nº 14.133 que obriga os estabelecimentos que compram peças de metais usados para revender, como fios, arames, tubos e tampas, a manter cadastro com dados pessoais das pessoas físicas e jurídicas das quais foram efetuadas as compras, coibindo assim ação de quadrilhas especializadas em furtos que causam prejuízos aos investimentos em infra-estrutura e ao consumidor final. Outra lei proposta reconhece o município de Jaraguá do Sul como

Capital Catarinense da Inovação Tecnológica. Recentemente obtemos aprovação do projeto que proíbi o uso do pesticida brometo de metila, um gás altamente tóxico que causa sérios danos à saúde e sérios danos ambientais, iniciativa que vem ao encontro de tratados internacionais e demonstra a preocupação do parlamentar com a saúde da população e legado para as futuras gerações.

Nove outras matérias ainda tramitam nas comissões técnicas da Casa, como o que proíbe a venda de bebidas alcoólicas e utilização de hastes ou suportes de bandeiras no interior de estádios de futebol, ginásios e congêneres públicos, que tem por objetivo reduzir a violência e resgatar estes espaços para a população, mediante a redução da violência, que hoje afasta as famílias dos estádios.

Ao governador do Estado e ao Secretário da Cultura, Turismo e Esporte, solicitamos na forma de

indicação, a criação de academias esportivas comunitárias. A proposta encontra-se em discussão com a participação efetiva do Conselho Estadual de Desporto que avalia os reflexos que esta importante ferramenta de inclusão social pode gerar nas pessoas, principalmente as menos favorecidas, possibilitando e incentivando a prática da atividade física. Outras indicações apresentadas também tiveram repercussão, quanto a melhorias nas rodovias estaduais em diversas regiões catarinenses. Ainda destacamos a participação efetiva nas Comissões de Constituição e Justiça e Relacionamento Institucional, Comunicação, Relações Internacionais e do Mercosul, onde, com nossos pares, possibilitou o encaminhamento de diversas iniciativas que trarão benefícios ao povo catarinense.

Deputado Narcizo Parisotto (PTB)

[AGENDA]

- **10 de dezembro, 9 horas:** Exposição da artista plástica Tercília dos Santos
Local: Galeria de Arte Ernesto Meyer Filho
- **10 de dezembro, 19 horas:** Comissão de Segurança Pública - Audiência pública "A situação do Corpo de Bombeiro do município de Navegantes"
Local: Salão da Churrascaria Formento, Rodovia BR 470, Km 06 - Navegantes
- **11 de dezembro, 19h30min:** Reunião do Fórum Parlamentar do Parque Estadual da Serra do Tabuleiro
Local: Sala das Comissões
- **12 de dezembro, 19 horas:** Lançamento do livro "Minha alma além do horizonte", de Luiz Fernando Martins
Local: Hall da AL
- **12 de dezembro, 20 horas:** Sessão Solene em homenagem ao Dia do Arquiteto e ao centenário do nascimento do arquiteto Oscar Niemeyer
Local: Plenário
- **13 de dezembro, 19h30min:** Comissão de Saúde - Audiência pública "Gerenciamento do Hospital Materno-Infantil Dr. Jessor Faria Amarante, bem como os demais hospitais materno-infantis do Estado por uma Organização Social"
Local: Câmara Municipal de Joinville

Mesa



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA
DO ESTADO DE SANTA CATARINA

Presidente: Julio Garcia (DEM)
1º Vice-Presidente: Clésio Salvaro (PSDB)
2º Vice-Presidente: Ana Paula Lima (PT)
1º Secretário: Rogério Mendonça (PMDB)
2º Secretário: Valmir Comin (PP)
3º Secretário: Dagomar Carneiro (PDT)
4º Secretário: Antônio Aguiar (PMDB)

Assembléia na internet: <http://www.alesc.sc.gov.br>

Tiragem: 8 mil exemplares

Impressão: Diário Catarinense/Distribuição Gratuita

Diretoria de Comunicação Social

AL NOTÍCIAS

Diretora de Comunicação Social: Lúcia Helena Vieira
Coordenadora de Imprensa: Tayana Cardoso de Oliveira
Edição: Sandra Annuseck e Cleia Maria Braganholo
Diagramação e Artes: Rafael dos Santos e Paulo de Tarso

Órgão informativo semanal do Poder Legislativo de Santa Catarina
Rua Jorge Luz Fontes, 310 - 88020-900 - Florianópolis - SC

CRÍTICAS E SUGESTÕES

Fone: (48) 3221-2750 - Fax: (48) 3223-7021
imprensa@alesc.sc.gov.br

Chefe de Redação: Rubens Vargas

Reportagens: Andréa Leonora, Andreza Matos de Souza, Denise Arruda Bortolon, Graziela May Pereira, Rose Mary Paz Padilha, Rodrigo Viegas, Scheila Dziedzic, Suzana Couto Tancredo, Tatiani Magalhães e Verlaine Silveira

Chefe da Fotografia: Jonas Lemos Campos

Fotógrafos: Alberto Neves, Carlos Kilian, Eduardo Guedes de Oliveira, Miriam Zomer e Solon Soares

Relações Institucionais: Edna Schumacker, Fabiana Faria, Jamile Machado, Janine Koneski de Abreu, Luciano de C. Oliveira, Maria do Carmo Kravchychyn e Stela Martins

Expedição: Celso João da Rocha, Marco Apolo de Freitas, Karina Azevedo das Neves, Mônica Meyer e Simone M. Alves

Estagiários: Ariana Barbosa, Cláudia Búrigo de Menezes, Diego Marcos Xavier e Diogo Evandro Ferreira.

INSTITUCIONAL

Eduardo Guedes de Oliveira



Requerida pela Mesa, solenidade marcou também o lançamento de selo comemorativo e cartão telefônico em homenagem as oito décadas de serviços prestados pela corporação

Sessão solene homenageia PM da Trindade

Parlamento enaltece os 80 anos da Academia da Polícia Militar estabelecida em bairro da Capital

Verlaine Silveira

Em sessão solene realizada dia 4, a Assembléia Legislativa homenageou os 80 anos da Academia de Polícia Militar da Trindade, em Florianópolis, atendendo proposição da Mesa. Na cerimônia, foram lançados selo comemorativo, pela Empresa de Correios e Telégrafos (ECT), e um cartão telefônico, pela Brastelecom, a ser comercializado em todo o território catarinense.

A Academia de Polícia Militar

da Trindade foi criada em 2 de dezembro de 1927, e seu primeiro comandante foi o coronel PM Pedro Lopes Vieira.

O comandante-geral da Polícia Militar, coronel Eliésio Rodrigues, recebeu do Legislativo placa em homenagem à data, que foi entregue pelo deputado Manoel Mota, líder do PMDB. Pela dedicação aos estudos, alunos e ex-alunos, desde a turma de 1950, receberam da Academia uma miniatura da espada que é a arma símbolo do oficial. Em

nome dos homenageados, falou o coronel Edmundo José de Bastos Júnior, formado na turma de 1952.

Além do comandante da PM, participaram da solenidade o secretário de Estado da Segurança Pública, Ronaldo Benedet o presidente do Tribunal de Contas do Estado, José Carlos Pacheco e os deputados Dagomar Carneiro e Sargento Amauri Soares, do PDT, e Manoel Mota.

No mesmo ano que surgiu a academia, 1927, também foi criado o

Curso de Formação de Oficiais, com a denominação de Curso de Preparação Militar. Os novos oficiais passaram a ser admitidos por concurso. Funcionou até 1930 e somente 19 anos depois, em 1949, quando o comandante era o tenente-coronel Antônio de Lara Ribas, oficial formado na primeira turma de 1927, é que o curso foi reaberto.

Após alguns anos de interrupção, em 1958, o curso foi reativado, tendo no comando o coronel PM Mário Fernandes Guedes. Eram

quatro anos de preparatório, que em 1974 passou a ser de dois anos e mais cinco para a formação de oficiais. A partir de 1976 foi abolido o curso preparatório e em 31 de maio de 1979 foi atualizada a denominação para Academia de Polícia Militar (APM).

Pelo decreto nº 616, em 13 de outubro de 1999, a instituição passou a ser Academia de Polícia Militar da Trindade, sendo que o mesmo decreto oficializou o Curso de Bacharelado em Segurança Pública.

Associação dos Diários do Interior é destacada

A Assembléia Legislativa promoveu, dia 29, sessão solene em homenagem à Associação dos Diários do Interior (ADI), por proposição do líder do PSDB, depu-

tado Marcos Vieira. Atualmente, a entidade reúne 23 jornais diários regionais publicados nas regiões Norte, Sul, Vale do Itajaí, Litoral, Planalto Norte, Planalto Serrano,

Alberto Neves



Marcos Vieira entrega placa a presidente da ADI, Cláudio Schlindwein

Meio-Oeste e Oeste. Em comum entre todos, o objetivo de atender aos interesses locais e regionais de forma eficiente e competitiva. A estimativa é de que esses jornais atendam um público de três milhões de leitores.

Marcos Vieira contou que faz questão de ver os jornais de todas as cidades que visita. Ele explicou que é por meio dos veículos que se conhecem os costumes, as necessidades, os eventos políticos, religiosos e as festas que caracterizam os municípios. "Leio dezenas de jornais por semana. Manuseá-los, para mim, é bom, é gostoso. Não gosto da mídia eletrônica, pois não tem vida. Faço um apelo, não deixem o jornal impresso acabar, pois ele tem vida", acrescentou.

A importância da informação e a influência que os jornais do interior exercem na população foram comentadas pelo deputado Pedro Uczai (PT). Além de noticiar

os acontecimentos do cotidiano nacional e mundial, os jornais do interior apresentam as realidades locais, que os outros meios não conseguem atingir. "O mundo global e regional se encontram aqui. Temos que avançar na diversidade dos meios de comunicação, expressar a pluralidade de valores e fazer com que a imprensa também seja a protagonista do fortalecimento de lutas e da democracia."

Para o deputado Serafim Venzon (PSDB), a função do jornal é mais que levar a notícia nacional ou local e é isso que os jornais regionais fazem. Levam as informações com segurança a todos os lugares do estado. Ele acredita que o jornal é acima de tudo um espelho da sociedade na qual está inserido. "A integração que existe entre a sociedade e a motivação levada pelos nossos órgãos de imprensa são fatores de desenvolvimento do estado", ressaltou.

Deputados entregam placas

Os deputados Marcos Vieira, Pedro Uczai e Serafim Venzon entregaram duas placas. A primeira para o presidente da ADI, Cláudio Schlindwein. A outra, para Isabel Baggio, diretora do Jornal Correio Lageano, que completou 68 anos, em outubro.

Isabel agradeceu a homenagem. "O Correio Lageano passou por muitas mudanças e é hoje um dos mais importantes veículos de Santa Catarina. Acreditamos na região e colocamos as pessoas em primeiro lugar."

Cláudio Schlindwein foi o último a se manifestar e falou em nome dos associados. "Somos a soma dos jornais do interior, que tangenciam as dificuldades de uma imprensa pequena, mas valorosa, com conteúdo de qualidade."

INSTITUCIONAL



Eduardo Guedes de Oliveira

Proposta pela deputada Odete de Jesus e realizada pela Comissão de Saúde, reunião avalia denúncias de fraude

Audiência pública debate adulteração do leite

Reunião trata de critérios de fiscalização, padronização de qualidade, produção, riscos à saúde, sanções e penalidades

As denúncias de adulteração de leite levaram a Comissão de Saúde da Assembléia Legislativa a promover audiência pública, dia 3, atendendo requerimento da deputada Odete de Jesus (PRB). A reunião debateu pontos como fiscalização, padronização de qualidade, produção, riscos à saúde, sanções e penalidades. Entre os encaminhamentos da audiência, ficou definida a participação no Seminário do Programa de Monitoramento do Leite, que acontece na próxima semana no Rio de Janeiro, e a articulação dos órgãos responsáveis pela fiscalização do setor.

A deputada Odete abriu os trabalhos fazendo um esboço da situação nacional e apresentando denúncias em vários estados. Fez

uma análise da Operação Ouro Branco, que deu origem às investigações em torno da fraude na produção e industrialização do leite, principalmente em Minas Gerais.

Na ocasião, foram identificadas as presenças de soda cáustica, água oxigenada e sacarose além da quantidade aceita nos padrões de vigilância sanitária.

O superintendente do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento em Santa Catarina, Francisco Alexandre, creditou certo sensacionalismo ao tema e disse que as fraudes devem ser investigadas com rigor, mas a geração de pânico não é conveniente. "Toxicologistas alegaram que não havia riscos à saúde nas amostras coletadas e sim fraude

econômica, o que também é inaceitável", avaliou.

Segundo o superintendente, o Ministério da Agricultura atua no setor com o Serviço de Inspeção Federal na Qualidade do Leite e Derivados para atender uma produção nacional que, em 2005, girou em torno de 24,5 bilhões de litros. O Brasil é o sétimo produtor mundial, sendo que até 2003 o país era importador do produto.

Desde 2004 passou a exportar, com destaque para o crescimento nos estados de Rondônia, Paraíba, Mato Grosso, Paraná, Goiás e Santa Catarina. "O setor como um todo não pode ser penalizado por fraudes ou equívocos identificados em pequena parcela de produtores", concluiu Francisco Alexandre.

Representante da Anvisa reconhece sistema frágil

O representante da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), Telles Magno avaliou o problema como "multi setorial", lembrando que até a chegada do produto à prateleira, Ministério, agência, vigilância sanitária estadual e municipal precisam trabalhar juntos. "Crises como esta mostram a fragilidade de articulação entre órgãos do governo federal que objetivam os mesmos fins, mas trabalham por diferentes meios", sentenciou.

O tema do uso da soda cáustica em alimentos foi abordado pela representante do Sistema Nacional de Vigilância Sanitária, Raquel Bittencourt. "A soda cáustica é utilizada para conter

acidez e pode ser encontrada em produtos como farinhas, massas, molhos, maionese, catchup, mostarda, bombons e caramelos, entre outros. São alimentos que usam doses seguras e com autorização. No leite, a presença destes produtos é pequena e só identificada por ser utilizada na limpeza dos equipamentos. Em maior quantidade, pode mascarar o leite e interagir com as proteínas nele contidas, o que acarreta em perda de qualidade." Raquel ainda informou que, das três marcas acusadas de adulteração, apenas uma é comercializada em Santa Catarina e, mesmo assim, os lotes com problemas não chegaram ao estado.

Lacen constata qualidade aceitável em SC

O diretor do Laboratório Central de Saúde Pública de Santa Catarina (Lacen), Gilberto Alves, informou que no estado as primeiras análises laboratoriais indicam qualidade aceitável em Santa Catarina e lembrou que "a diferença entre remédio e veneno está na quantidade". O que se pode utilizar para melhorar o produto também, em doses erradas, pode ser extremamente prejudicial.

Sobre a Inscrição Normativa nº 51/2002, o presidente da Federação da Agricultura de Santa Catarina, Ulisses Santini, esclareceu que nos estabelecimentos com inspeção federal ela é cumprida em 100% e que o mercado informal está mais

propenso a ter problemas. "Os acontecimentos geraram quedas no setor e o produtor é o primeiro a sofrer perdas".

As críticas mais contundentes da audiência partiram do professor Nelson Duarte, do Conselho Regional de Medicina Veterinária. "Existem não conformidades na matéria-prima, encontradas por motivos intencionais ou acidentais. Algumas delas são fáceis de identificar e outras praticamente impossíveis após beneficiamento e esterilização. O controle nas plataformas, antes da pasteurização, é fundamental e essencial, mas praticamente impossível. São 1.800 estabelecimentos no país e apenas 200 fiscais."

Saúde presta contas da aplicação dos R\$ 800 milhões do SUS

Em cumprimento à Lei 8.689/93, a diretora-geral da Secretaria Estadual de Saúde, Carmem Zanotto, compareceu, dia 4, na Comissão de Saúde da Assembléia para apresentar o relatório trimestral dos recursos aplicados pelo Sistema Único de Saúde (SUS). Nos últimos dois trimestres, foram direcionados cerca de R\$ 800 milhões.

Os recursos foram utilizados em pagamentos de convênios com os municípios, salários, promoção das ações de vigilância de saúde, farmácia básica, medicamentos de alto custo, entre outros. Carmem detalhou ainda ações e serviços da vigilância sanitária, epidemiológica e do Laboratório Central (Lacen).

Informou ainda que houve reajuste médio de 10% na tabela dos serviços atendidos pelo SUS.

A maior preocupação é com os gastos com as demandas judiciais, obrigando o governo do Estado a desembolsar um valor considerável, segundo explica o superintendente em gestão administrativa da SES, Ramon da Silva. "Cresce a demanda judicial para que o Estado forneça todos os tipos de medicamento". Lembra que muitas vezes o pedido é negado antes de chegar ao Poder Judiciário porque não está dentro do padrão da saúde pública. "Estamos fazendo assistência social com dinheiro que deveria ser utilizado

na saúde pública", diz Ramon da Silva. Ele se refere a ações judiciais que obrigam o governo a fornecer de fraldas a material higiênico.

Os valores superaram os R\$ 32 milhões nos últimos três trimestres, equivalendo ao investimento aplicado no período de um ano e três meses na atenção básica. O crescimento se apresenta de forma geométrica. São 2.030 novos pacientes e um total de 10.292 pacientes atendidos. Um exemplo do alto custo está no atendimento de três pacientes de uma doença rara, gerando custo mensal de R\$ 100 mil por paciente. Foi determinado que o Estado forneça o medicamento a estes três pacientes.



Jonas Lemos Campos

Secretária da Saúde, Carmem Zanotto, apresenta números na comissão

INSTITUCIONAL

Frente Pró-Copa trabalha por Florianópolis

Comissão foca na infra-estrutura para colocar capital de Santa Catarina entre as sedes do mundial de futebol de 2014

A infra-estrutura de Florianópolis para sediar jogos da Copa do Mundo de 2014 será a primeira diretriz a ser abordada pela Frente Parlamentar Pró-Copa no ano que vem. A idéia da Frente, presidida pelo deputado Cesar Souza Júnior (DEM), é estabelecer a partir de fevereiro discussões específicas. São quatro questões selecionadas: infra-estrutura, ambiental, judicial e mobilização.

A Frente realizou sua primeira reunião dia 3, no Plenarinho da Assembléia Legislativa. O deputado Cesar Souza Júnior (DEM) comandou os trabalhos ao lado do relator, deputado Renato Hinnig (PMDB). O objetivo foi organizar o cronograma de atividades para começar as ações que poderão concretizar o nome de Florianópolis como uma das sedes da Copa do Mundo.

Hinnig se pronunciou para destacar a atuação do Poder Legislativo na busca por um evento grandioso, que poderá trazer à



Comandada pelo deputado Cesar Souza Júnior, primeira reunião de trabalho discute cronograma

capital um circuito de mudanças. "Economia, infra-estrutura e turismo serão elevados a nível internacional, daí a importância de trabalharmos em parceria com a Federação Catarinense de Futebol,

Secretaria de Estado de Turismo e o Figueirense para alcançarmos esta conquista". Já Cesar Júnior acredita que os deputados devem ser elementos aglutinadores de forças, "animando este processo".

Representante da Secretaria de Estado de Turismo, Joceli de Souza apresentou um vídeo destacando os encantos e as potencialidades de Santa Catarina. Segundo Joceli, "durante a apresentação aos diri-

gentes da CBF e da FIFA apresentamos um levantamento de hotéis, mais de 1614 estabelecimentos, e instalações médicas, mais de 16 mil leitos".

Também foi apresentado o projeto do novo aeroporto, que deve ficar pronto em 2010, bem como outras obras como sistema de metrô de superfície, projetado para estar funcionando em 2013, o Porto Turístico com previsão para 2012 e as já encaminhadas duplicações da BR-101 e Beira Mar Continental. Outro fato importante é a construção do novo estádio de Florianópolis, que o Figueirense pretende viabilizar sem necessidade de recursos públicos.

Para a próxima reunião, deverão ser convidados o secretário de Cultura, Esporte e Turismo, Gilmar Knasel (PSDB), e representantes do Deinfra, Infraero, Ministério Público estadual e federal, Tribunal de Justiça, Prefeitura da capital e Câmara de Vereadores.

Os nomes das 12 cidades-sedes da Copa no Brasil serão conhecidos em outubro de 2008.

São Miguel do Oeste quer ensino superior gratuito

O Fórum Estadual para a Interiorização e Expansão do Ensino Superior em Santa Catarina realizou dia 29, na Unoesc, em São Miguel do Oeste, a última reunião do ciclo de debates. A partir dos encontros já realizados em Blumenau, Brusque, Chapecó e Florianópolis, o fórum vai elaborar um documento que será enviado ao Ministério da Educação e também ao governo do Estado.

Para o presidente do Fórum, o deputado Herneus de Nadal (PMDB), é preciso descobrir o modelo ideal para o ensino superior no estado. "A inclusão universitária é um desafio para nós, já que temos apenas 5% da população que está cursando ou já concluiu o nível superior. Estamos aqui para obter mais informações para, assim, definir um modelo ideal."

Segundo Herneus, em Santa Catarina são oferecidas cerca de 270 mil vagas, mas apenas 210 mil vagas são ocupadas. Portanto, 60 mil vagas ficam ociosas. "Precisamos da universidade pública no Extremo-Oeste, sim, mas não podemos deixar de cooperar com as comunitárias. São essas universidades que fixam nossos alunos na região."



Deputado Herneus de Nadal preside reunião do Fórum em São Miguel

O prefeito João Carlos Valar (PMDB) afirmou que a universidade pública é um grande sonho da região. "A universidade poderia ser construída ao lado do local onde o governo do Estado está construindo o Hospital Regional do Extremo-Oeste. Precisamos disso com urgência, já que a maioria de nós não tem condições de pagar os custos de uma universidade em outra cidade", disse.

A compra das vagas ociosas nas universidades particulares foi uma das sugestões do presidente do DCE da Unoesc, Guilherme Post.

"Essas vagas poderiam ser oferecidas a estudantes que não podem pagar. Assim vão garantir ao aluno condições de frequentar os bancos das escolas de nível superior. Mas, é claro, não abrimos mão da universidade pública, um direito constitucional", completou.

O vice-reitor da Unoesc, Vitor Agostini, disse que a universidade se propõe a oferecer recursos físicos e humanos. "Queremos um ensino público e de qualidade e estamos aqui para dar apoio. Mas também não podemos esquecer a ampliação das bolsas do artigo 170."

Primeiras turmas de MBAs da Assembléia são diplomadas

Cinquenta e nove servidores do Poder Legislativo catarinense foram diplomados dia 29 em sessão solene realizada no Auditório Antonieta de Barros. Eles participaram das primeiras turmas dos MBAs em Auditoria e Finanças Públicas e em Ciência Política e Gestão, por intermédio da Universidade do Vale do Itajaí (Univali).

Do curso de Auditoria e Finanças Públicas participaram 20 alunos. No de Ciência Política e Gestão, 39 servidores se formaram. As especializações começaram em agosto de 2006, totalizando 360 horas/aula cada curso, atendendo um antigo anseio dos servidores do Poder Legislativo. O orador da turma do Curso de Auditoria e Finanças Públicas, Fábio Polli, destacou o empenho dos estudantes. "Esta é uma vitória do Poder Legislativo e, conseqüentemente, uma vitória da sociedade catarinense", declarou emocionado.

O deputado Joares Ponticelli (PP) fez uma declaração emocionada dizendo que, em nove

anos de mandato, está agora totalmente realizado como presidente da Escola.

"Estou muito satisfeito com a missão que recebi, pois sei que nós, parlamentares, somos passageiros, mas vocês, servidores, ficam. Por isso a importância em qualificar. Esta é a primeira experiência em especialização na Casa e foi muito bem sucedida. Portanto, quem cresce é a Assembléia Legislativa".

Encerrando a solenidade, o deputado Julio Garcia (DEM), presidente da Casa Legislativa, fez duas confissões. Primeiro disse que não costuma aceitar convite para ser patrono ou paraninfo, mas que neste caso aceitou pela importância do momento que vivem os servidores da Casa por buscarem o caminho do aperfeiçoamento. A segunda foi quando procurado pelo ex-deputado Celestino Secco, relutou em acreditar no projeto, mas deu o voto de confiança e não se arrepende. "Agradeço a ele por me vencer".

INSTITUCIONAL

Sessão especial comemora dois anos da Lei das APAEs

Aprovado e sancionado em dezembro de 2005, texto já garantiu repasse de R\$ 14 milhões do Fundo Social para 192 associações de pais e amigos de excepcionais

Rodrigo Viegas

Em cerimônia marcada pela emoção, a Assembléia Legislativa realizou dia 5 uma sessão especial para comemorar os dois anos da aprovação da Lei nº 13.633, que destina 1% do Fundo Social para as associações dos Pais e Amigos dos Excepcionais (APAEs). Conhecida pelo nome de seu idealizador, a Lei Julio Garcia foi aprovada em 6 dezembro de 2005 e sancionada pelo governador Luiz Henrique da Silveira (PMDB) em 20 de dezembro do mesmo ano. Por força desta lei, já foram repassados mais de R\$ 14 milhões para as 192 APAEs de Santa Catarina, beneficiando 15,8 mil crianças e adolescentes.

A Lei 13.633 foi proposta pelo deputado Julio Garcia (DEM), presidente da Casa, quando ocupou o cargo de governador do Estado, no período em que o governador Luiz Henrique e o então vice-governador, Eduardo Pinho Moreira (PMDB), estavam em viagem ao exterior. Luiz Henrique participou da solenidade comemorativa e enalteceu o Parlamento. "O deputado Julio Garcia teve a feliz idéia de dar uma destinação a mais ao Fundo Social, proposta que foi aprovada por unanimidade

de neste Poder."

Luiz Henrique enfatizou que Garcia, como governador em exercício, poderia ter sancionado a lei, mas, "digno, correto e leal", esperou seu retorno para oferecer o prazer de sancioná-la. Afirmando que dados falam mais do que mil palavras, o governador apresentou os números dos repasses.

Julio Garcia disse que a sessão comemorava a conquista de um sonho. "E é preciso, de tempo em tempo, reavivar a memória e a história de movimentos importantes como o apaeano." Segundo ele, a lei poderia ter outros nomes. "Poderia chamar-se Lei Luiz Henrique, pois ele me permitiu aproveitar a oportunidade e remeter o projeto à Assembléia. Também poderia chamar-se Eduardo Pinho Moreira, ou poderia ter o nome de cada um dos deputados que votaram em seu favor. Poderia, ainda, ter o nome de personagens como Rosane Vailatti ou Leonete Back, que trabalham incansavelmente por pessoas especiais. Carinhosamente foi chamada Julio Garcia, mas é muito ampla para que tenha o nome de apenas um cidadão. Esta é a Lei dos Apaeanos, dos coordenadores, dos

pais, dos amigos, dos voluntários, dos colaboradores, dos alunos, da dignidade, das tradições e da gente deste estado ímpar que é Santa Catarina", finalizou.

Vitória

Falando em nome de todo movimento apaeano, a presidente da Federação das APAEs e da Fundação Catarinense de Educação Especial, Rosane Vailatti, disse que o Fundo Social modificou a vida da pessoa com deficiência, contada, agora, pelo antes e o depois da Lei 13.633. "Esta é uma vitória consumada e consolida Santa Catarina como um estado privilegiado e destacado, principalmente na área da educação especial."

Já a diretora da APAE de São Martinho, Leonete Back, valorizou a conquista. "O apoio do deputado Julio Garcia às APAEs não se resume apenas a esta conquista, mas a uma história de 14 anos pelo movimento apaeano. Este é um político honrado, com preocupação social e São Martinho se orgulha em tê-lo sempre presente. É reconhecido por cada olhar, de cada um dos beneficiados por estes recursos", concluiu.



Com a participação do governador, cerimônia marca a conquista de um sonho para familiares e amigos de portadores de necessidades especiais

Deputados destacam sensibilidade e nobreza

Para falar em nome da base governista, o deputado Antônio Aguiar (PMDB) assumiu a tribuna e avaliou como a vida pública remete seus agentes a desafios

para atender demandas sociais. Destacou que a APAE atua de forma organizada em Santa Catarina há mais de 40 anos e atende 192 municípios. Também elogiou a

postura do presidente Julio Garcia, a quem chamou de "homem público sensível e iluminado" que trouxe ao Parlamento uma proposta do bem e teve em todos

Jonas Lemos Campos



Público lota galerias do Plenário Osni Régis para acompanhar sessão especial marcada pela emoção

Saiba mais

A Lei nº 13.633/05 repassa 1% do Fundo Social para as APAEs de Santa Catarina. São beneficiados mais de 15 mil alunos.

No dia 5 de abril de 2006 foi feito o primeiro repasse do Fundo Social. A entrega foi realizada, em ato solene, pelo governador do Estado e pelo presidente da Assembléia.

A iniciativa de garantir verbas mensais às APAEs foi anunciada por Julio Garcia em outubro de 2005, ao assumir o cargo de governador.

Como governador em exercício, Garcia apresentou o projeto no dia 19 de outubro de 2005, tendo sido votado no dia 6 de dezembro e aprovado por unanimidade pelos 34 deputados que estavam em Plenário.

Associação Amigo Down inaugura Laboratório de Informática

Como representante da Assembléia Legislativa, o deputado José Natal Pereira (PSDB) participou, na semana passada, de inauguração do Laboratório de Informática da Associação dos Portadores da Síndrome de Down - Amigo Down, de São José. O laboratório recebeu doações da Casa Legislativa. Natal manifestou sua emoção ao ver tantas pessoas, em sua maioria voluntárias, dedicadas ao trabalho para dar condições cada vez melhores

de inclusão social aos portadores da síndrome. "Ver o rosto dessas crianças e perceber seu entusiasmo diante da vida é uma lição da qual não podemos esquecer", disse.

Quando vereador daquele município, Natal atuou para que a prefeitura doasse o terreno que hoje abriga a entidade. "Foi uma das lutas mais importantes que tive em minha vida política e também uma das que mais me dá orgulho pela repercussão social que tem." A Associação dos Portadores de Down não recebe apenas pessoas de São José, mas de todas as regiões do estado. Por isso, destaca o deputado, é tão importante a entrada em funcionamento do Laboratório de Informática.



Computadores vão permitir inclusão digital

Parlamento adere à luta para combater a corrupção

Inédita no país, a campanha do Ministério Público de Santa Catarina "O que você tem a ver com a corrupção?" tem nova parceria. O presidente da Assembléia Legislativa, deputado Julio Garcia (DEM), formalizou dia 5, em solenidade no auditório do Ministério Público Estadual, o compromisso do Legislativo na campanha.

O Termo de Cooperação Técnica foi assinado pelo presidente do Parlamento estadual, pelo procurador-geral de Justiça, Gercino Gomes Neto, pelo presidente da Associação Catarinense do Ministério Público, Rui Carlos Kolb Schiefler, pelo presidente do Tribunal de Contas do Estado, José Carlos Pacheco, e pelo presidente do Instituto Rui Barbosa, Salomão Ribas Júnior. Também participaram

da solenidade os deputados Sarmento Amari Soares (PDT) e Odete de Jesus (PRB).

A participação da Casa na campanha ocorrerá através da confecção de 600 mil cartilhas e de 5 mil chaveiros com a logomarca educativa, que serão distribuídos nas escolas do estado. Nos documentos oficiais do Parlamento haverá a logomarca da campanha, que também será incentivada em palestras educativas aos servidores e por intermédio dos veículos de comunicação da Assembléia, como a TV AL, o jornal AL Notícias e a Rádio Alesc Digital.

"Vivemos num país onde a lei que mais prosperou é a lei de Gerson'. Não basta a ação do poder público para combater a corrupção. Apenas a força

de todos será capaz de fazer as transformações que o Brasil precisa", afirmou o presidente da Assembléia.

Gercino Gomes Neto disse que a participação do Parlamento envolve toda a população, por serem os deputados os seus legítimos representantes. Destacou também que a educação de crianças e adolescentes é a forma de mobilizar os adultos para um problema que permeia toda a sociedade.

Rui Carlos Kolb Schiefler destacou que a parceria com a Assembléia é um marco histórico para campanha e que, por intermédio dos parlamentares, o povo de Santa Catarina estará engajado de forma efetiva.

Para o coordenador da campanha, promotor de Justiça Affonso Ghizzo Neto, o combate à corrupção é um processo educativo que depende de cada cidadão. "Ao lado dos nossos parceiros nessa iniciativa buscamos conscientizar a sociedade que a partir dos nossos atos mudamos a conduta de terceiros". A nacionalização da campanha está marcada para o dia 13 de janeiro, no Rio de Janeiro, em solenidade que terá a presença de todos os procuradores-gerais de Justiça do Brasil e das Associações dos Ministérios Públicos Estaduais. O Rio Grande do Norte foi o primeiro estado a aderir à campanha catarinense.



Termo de Cooperação Técnica foi assinado entre Parlamento e MP

Assembléia homenageia imprensa ítalo-brasileira

Presidida pelo deputado Antônio Aguiar (PMDB), sessão solene homenageou, dia 3, a imprensa ítalo-brasileira. A cerimônia foi o pontapé inicial para o 2º Congresso ítalo-brasileiro de Imprensa que encerrou no dia 5, no Hotel Majestic.

O objetivo do evento foi solidificar laços entre Santa Catarina e Itália. Cerca de 80 jornalistas italianos participaram do congresso

so com enfoque na liberdade de imprensa na Europa e na América e a informação como meio de aproximação de países distantes.

Em nome da imprensa catarinense, o presidente da Associação Catarinense de Imprensa, Ademir Arnon, afirmou que a Itália foi fundamental para o desenvolvimento e crescimento de Santa Catarina.

"Estima-se que 50% da população catarinense, ou seja, três

milhões de pessoas, são descendentes de italianos. E é para isso que estamos aqui. Queremos estreitar esses laços". Segundo Arnon, o grande número de descendentes italianos foi o principal motivo da escolha de Florianópolis como sede do Congresso.

O evento teve apoio do Governo do Estado através da Secretaria de Turismo, Cultura e Esporte e Santur, Assembléia Legislativa, Embaixada da Itália no Brasil e Consulado Geral da Itália para Santa Catarina e Paraná, Comitê para os Italianos no Exterior, Federação Nacional dos Jornalistas, Associação dos Correspondentes Estrangeiros no Brasil, Ordem dos Jornalistas da Itália, Associação dos Diários do Interior de SC (ADI), Associação dos Diários e Jornais de SC (Adjori), Sindicato dos Jornalistas Profissionais de SC, Fundação de Turismo do Vale do Contestado, Associação Brasileira de Jornalistas de Turismo (Abrajat-SC) e Revista Insieme.



Sessão solene estreita laços entre jornalistas brasileiros e italianos

COMISSÕES

Aprovado parecer final do PPA 2008-2011

Peça fixa diretrizes, objetivos e metas da administração pública para despesas de capital nos próximos quatro anos

O parecer conclusivo do Plano Plurianual (PPA) 2008-2011 foi aprovado, por unanimidade, na reunião da Comissão de Finanças e Tributação dia 5, presidida pelo deputado Jorginho Mello (PSDB). De iniciativa do Executivo e com relatoria do deputado Renato Hinnig (PMDB), a peça estabelece as diretrizes, os objetivos e as metas da administração pública para as despesas de capital para os próximos quatro anos.

Na apresentação do parecer, Hinnig destacou a preocupação da equipe em fazer todas as adequações necessárias para que as prioridades elencadas nas audiências regionais fossem contempladas. "Procuramos elaborar um relatório para atender as meritórias, mas infelizmente não podemos contemplar todas as emendas", disse o relator, informando que a previsão de receitas do PPA para o próximo período é de R\$ 63,16 bilhões, sendo que R\$ 43,12 bilhões são recursos do Orçamento Geral (67,92 % do total) e R\$ 20,03 bilhões (32,08%) são originários de outras fontes.

Anseios

Ao ler o relatório, Hinnig ressaltou ainda que as prioridades estão destacadas de forma clara e precisa, pois visam atender os anseios da população cata-

rinense, bem como reafirmar o compromisso assumido pelos deputados da Casa.

Das emendas originárias das audiências públicas regionais, foram acatadas 50 das 87 apresentadas, as outras 37 foram substituídas por novas emendas, recebendo ajustes. Foram ainda recebidas 160 emendas de origem parlamentar, sendo que 42 foram acatadas e 118 rejeitadas. O voto pela aprovação do projeto foi acatado pelos parlamentares presentes e o trabalho da equipe técnica foi enaltecido igualmente por todos, com algumas ressalvas, como as do deputado Décio Góes (PT), que considerou a peça "pouco clara" aos propósitos do governo estadual. "O PPA é fraco do ponto de vista das intenções do que vai ser feito efetivamente em Santa Catarina nos próximos quatro anos, já que ele deveria sinalizar as próximas ações do governo", frisou.

Hinnig agradeceu as manifestações elogiosas dos demais parlamentares e deu seu testemunho de que o governador Luiz Henrique da Silveira (PMDB) está empenhado em atender tudo o que foi elencado como prioridade.

O PPA tem 48 horas para publicação para, em seguida, ser deliberado em Plenário na próxima semana.

Narcizo Parisotto (PTB), que proíbe a venda e o consumo de bebidas alcoólicas em lojas de conveniências em postos em área urbana do estado, no horário da 0 até as 6h.

Também foi autorizado Projeto de Lei 451/07, da deputada Odete de Jesus (PRB), que autoriza o Estado a destinar estruturas físicas e a



Relator Hinnig lê parecer reforçando preocupação em ver contempladas prioridades das audiências regionais

Autorizado serviço de crianças desaparecidas

Outros projetos de interesse da população também foram aprovados na Comissão de Finanças. De autoria do deputado Nilson Gonçalves (PSDB), o PL nº 215/07 recebeu emenda modificativa do deputado Gelson Merísio (DEM), que autoriza a criação do Serviço

de Investigação de Crianças Desaparecidas no estado.

Da deputada Ana Paula Lima (PT), foi aprovado PL nº 462/07, que autoriza o Executivo a criar o Programa de Reprodução Assistida no Sistema Único de Saúde. De autoria da deputada Odete de Jesus

(PRB), os membros da Comissão de Finanças aprovaram o PL nº 554/07, que determina que as caixas de medicamentos, distribuídas e/ou comercializadas no âmbito do estado, tenham o nome do produto e dosagem escritos também em linguagem Braille.

CCJ abre caminho para parcelar multas

Os motoristas catarinenses que têm multas de trânsito pendentes poderão optar pelo parcelamento. O benefício faz parte do Projeto de Lei 44/07, do deputado Kennedy Nunes (PP), aprovado no dia 4 pela Comissão de Constituição e Justiça. O projeto prevê que as multas aplicadas em estradas e ruas sob jurisdição estadual poderão ser pagas em cota única ou em até três parcelas sem acréscimos. Prevê ainda que o licenciamento do veículo será efetuado apenas após o pagamento integral das pendências. Sob a presidência do deputado Romildo Titon (PMDB), os deputados aprovaram o Projeto de Lei 569/07, do deputado Dagoimar Carneiro (PDT), que isenta aposentados, pensionistas e inativos de tarifa bancária de conta destinada ao recebimento do benefício.

Para reduzir acidentes de trânsito pela associação de volante e bebida alcoólica, foi aprovado o Projeto de Lei 450/07, do deputado

incentivar parcerias com entidades privadas para incentivar atividade laboral dos sentenciados de Santa Catarina. Pelo projeto, o Executivo poderá conceder a redução de ICMS às empresas privadas que, através de convênios com o Executivo, passem a usar trabalho prisional.



Presidida por Titon, comissão aprova também benefício a aposentados

Direitos e Garantias faz balanço de atividades

Presidida pela deputada Ada De Luca (PMDB), a Comissão de Direitos e Garantias Fundamentais, de Amparo à Família e à Mulher, encerrou, dia 5, os trabalhos com apresentação de relatório de atividades. Foram 52 matérias relatadas, 14 reuniões ordinárias, 13 audiências públicas e participação em eventos, como a Jornada Maria da Penha, entre outros.

Diversas matérias foram aprovadas na reunião, com destaque para a emenda modificativa do deputado Elizeu Mattos (PMDB) ao Projeto de Lei 360/07, cujo autor é o deputado Onofre Agostini (DEM). O projeto proíbe a utilização de animais selvagens (nativos ou não) em espetáculos de circo itinerantes realizados em todo o estado. Também fica vedada a concessão de alvará de funcionamento aos circos que não atendam os dispositivos

previstos no projeto de lei. O objetivo é proteger animais de possíveis maus-tratos em circos itinerantes. O projeto original previa também a proibição de animais domesticados, mas o item foi retirado do texto para não prejudicar parques temáticos, como é o caso do Beto Carrero World.

Os parlamentares aprovaram o Projeto de Lei 332/07, do deputado Marcos Vieira (PSDB), que trata da proteção e defesa dos consumidores de combustíveis. De acordo com a matéria, quem adquirir, transportar, estocar, distribuir ou revender produto combustível em desconformidade com as especificações do órgão regulador ficará sujeito à multa, apreensão e perda do produto, além de ter estabelecimento interditado. A intenção é reprimir irregularidades na produção e comércio de combustíveis.

GERAL

Onofre toma posse como secretário de Desenvolvimento Sustentável

Democrata se licencia do Parlamento e assume comando da pasta em cerimônia na Assembléia Legislativa

Alberto Neves



Onofre recebe os cumprimentos do governador Luiz Henrique da Silveira

Com o auditório Antonieta de Barros completamente lotado de amigos, familiares, correligionários, colegas parlamentares e outras autoridades, o deputado Onofre Agostini (DEM) tomou posse, dia 4, no cargo de secretário do Desenvolvimento Sustentável. Em seu lugar no Parlamento catarinense assumiu o segundo suplente da coligação DEM-PMDB, Edison Andrino (PMDB).

O ex-secretário do Desenvolvimento Sustentável, deputado Jean Kuhlmann (DEM), retornou no mesmo dia à Assembléia. Na solenidade, acompanhada pelo governador Luiz Henrique da Silveira (PMDB), Agostini destacou que, após cinco mandatos como deputado estadual, não se imaginava diante deste novo desafio, por se tratar de uma secretaria técnica. Mas que, com o apoio e suporte da família e da bancada de seu partido, decidiu aceitar o convite e o desafio feito pelo governador. "Vejo neste desafio a oportunidade de ajudar o governo do Estado a fazer mais pelos catarinenses", afirmou.

Onofre disse que assume a secretaria com algumas determinações do governador, entre elas, programar mecanismos para apressar a liberação dos pedidos para o Programa de Desenvolvimento da Empresa Catarinense (Prodec) e o Pró-Emprego, para que mais empresas venham se instalar em Santa Catarina. Outra ação primordial é a busca de uma solução para a região serrana, na esfera federal, em relação aos campos de altitude. Segundo ele, a proposta de limitação da área produtiva prejudica setores de estratégica importância social e econômica, como fruticultura de clima temperado, uva para produção de vinho, pecuária e empreendimentos turísticos. Ações para a preservação do meio ambiente, aliada ao desenvolvimento econômico de forma sustentável, serão intensificadas.

O governador Luiz Henrique destacou que sai um jovem, o deputado Jean Kuhlmann, para assumir um dos parlamentares mais experientes. Ambos por sua

"mais livre vontade". Luiz Henrique agradeceu a Jean sua lealdade e maneira rápida de solucionar os problemas. Sobre Agostini, disse ser um bom representante da "gente serrana", com todas as condições para superar os desafios. "É firme, franco e honesto", enumerou.

Kuhlmann agradeceu a oportunidade e o auxílio recebido e disse ter a certeza de que a grande ação frente à Secretaria de Desenvolvimento Sustentável foi a criação de um clima favorável ao empreendedorismo que valoriza as possibilidades existentes em Santa Catarina.

Na Assembléia, o deputado Elizeu Mattos (PMDB), até então suplente de Kuhlmann, foi convocado para assumir a suplência de Ronaldo Benedet (PMDB). Na semana passada, o deputado Edson Piriquito (PMDB), primeiro suplente de Benedet, assumiu a titularidade de seu mandato com a saída do ex-deputado João Henrique Blasi para assumir vaga de desembargador destinada à OAB no Tribunal de Justiça.

Edison Andrino retorna ao Parlamento com missão de trabalhar pelo estado

Dezenas de amigos e correligionários vieram assistir, dia 4, a posse de Edison Andrino (PMDB) no mandato de deputado estadual. Andrino assume a vaga que era do deputado Onofre Santo Agostini (DEM). A vaga abre para o suplente porque PMDB e Democratas – então PFL – concorreram coligados no pleito proporcional para a Assembléia Legislativa em 2006.

De acordo com o presidente da Casa, deputado Julio Garcia (DEM), Andrino sempre teve uma atuação destacada na vida pública de Santa Catarina, especialmente de Florianópolis. "É uma honra para o Parlamento catarinense recebê-lo mais uma vez nessa Casa. Espero que possamos, juntos, fazer o melhor para o estado."

Andrino, fundador do antigo MDB em Florianópolis, foi vereador da Capital em duas legislaturas e chegou ao Parlamento estadual como deputado mais votado da bancada na eleição de 1982, com cerca de 30 mil votos. Foi prefeito de Florianópolis e cumpriu quatro mandatos



Andrino ocupa vaga aberta com saída de Onofre Santo Agostini

consecutivos na Câmara dos Deputados. "Chego aqui com a finalidade de fazer trabalhos voltados para toda a Santa Catarina. Espero poder contribuir cada vez para essa maravilhosa política da descentralização", disse.

Cumprimentos

Diversos parlamentares cumprimentaram o deputado pela posse. "Ter Andrino aqui é uma

alegria muito grande para todos nós. E tenho a certeza de que ele irá contribuir, e muito, para o desenvolvimento de Santa Catarina", disse o deputado Manoel Mota (PMDB).

Para o líder do PSDB, o deputado Marcos Vieira, a presença de Andrino vai enriquecer muito o debate. "A sua larga experiência e a sua vida pública retilínea demonstram cada vez mais que o estado saiu ganhando com sua posse na Assembléia."

Jean Kuhlmann reassume mandato

Após 11 meses à frente da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico Sustentável (SDS), o deputado Jean Kuhlmann (DEM) reassumiu sua cadeira no Legislativo. O retorno aconteceu também na sessão ordinária do dia 4.

Em seu primeiro discurso, Kuhlmann agradeceu sua família, o governador Luiz Henrique da Silveira (PMDB), os colaboradores da Secretaria e dos órgãos vinculados a ela, os cidadãos de sua região, Vale do Itajaí, e seus eleitores. Ele também falou sobre o trabalho como secretário e aconselhou os demais parlamentares. "É importante que o deputado se dedique à sua comunidade. Que dê o retorno que o cidadão merece", disse.

De acordo com o parlamentar, devem aportar em Santa Catarina R\$ 12 bilhões, advindos de investidores externos que ajudarão a aquecer a economia do estado com a geração de novos postos de emprego.

Kuhlmann destacou alguns

dos trabalhos desenvolvidos pela SDS enquanto ocupou o cargo. Entre eles, o Programa de Desenvolvimento da Empresa Catarinense (Prodec) e o Pró-Emprego. Outras ações foram iniciadas durante a sua coordenação, mas não foram concluídas, como é o caso da adequação ao novo Código Ambiental.



Kuhlmann: agradecimentos

PLENÁRIO

Instituído o Programa Catarina de Qualificação de Mão-de-Obra

A deputada Ana Paula Lima (PT) é autora do Projeto de Lei nº 132/07, aprovado dia 4, que autoriza o governo do Estado a instituir o Programa Catarina de Qualificação de Mão-de-Obra Feminina, a ser desenvolvido, implantado e executado pela Secretaria do Estado de Desenvolvimento Social, Trabalho e Renda, e poderá estabelecer parcerias com outras secretarias e órgãos estaduais. O Programa Catarina atenderá, prioritariamente, a mulher que tenha sob sua responsabilidade a direção, administração ou manutenção familiar, e que se encontre desempregada ou em condições precárias de trabalho (mercado informal).

A pasta, além de celebrar convênios com universidades, empresas públicas ou privadas e organizações não-governamentais, terá como atribuição a execução de ações como criação, manutenção e atualização de banco de dados contendo cadastros de mulheres



Ana Paula: amparo às mulheres

interessadas em participar do programa, de empresas públicas ou privadas, órgãos e entidades públicas, universidades e organizações não-governamentais que sejam parceiros do projeto, e de oferta de emprego destinada às mulheres beneficiadas pelo programa. A Secretaria do Estado de Desenvolvimento Social, Trabalho e Renda também será responsável pela promoção da qualificação da mão-de-obra feminina, encaminhando as mu-

lheres cadastradas para cursos que promovam a melhoria dos níveis educacional e cultural, curso profissionalizante, observando-se os parâmetros e a aptidão profissional da demanda e, prioritariamente, empregos oferecidos pelos parceiros do "Catarina".

Outras tarefas do órgão público constante na proposição são a divulgação permanente sobre a oferta de empregos e cursos de qualificação por meio de parceria com a imprensa em geral e com o Sistema Nacional de Emprego (SINE), geração de emprego, incentivo e fomento à formação de cooperativas de trabalho e envio de relatório semestral das atividades desenvolvidas pelo programa à Comissão Estadual dos Direitos da Mulher (Cedim-SC). Também serão cadastradas empresas públicas ou privadas, órgãos ou entidades, universidades, ONGs e outros que aceitem atuar como parceiros na iniciativa.

Microprodutor rural de Santa Catarina ganha incentivo

O Plenário aprovou o Projeto de Lei nº 181/07, do deputado Rogério Mendonça - Peninha (PMDB), criando a Política Estadual de Tratamento Especial Simplificado para o Microprodutor Rural de Santa Catarina. Para ser considerado microprodutor rural, a pessoa física ou grupo familiar deve estar devidamente inscrito no Cadastro de Produtor Primário. Deve produzir e comercializar a produção em pequena escala, em estado natural, semi-beneficiado ou agro industrializado, para destinatários situados no estado. A receita mensal não pode ultrapassar o limite de R\$ 3 mil.

O microprodutor não pode possuir, a qualquer título, área superior a 50 hectares; explorar a terra na condição de proprietário, assentado, comodatário, posseiro, arrendatário, parceiro ou condômino; deve utilizar, unicamente, o trabalho



Peninha: benefício fiscal

familiar; e, ao realizar processos de beneficiamento dos produtos, deve utilizar, preponderantemente, matéria-prima proveniente de sua exploração agrícola, animal, extrativa vegetal ou mineral.

Ao lembrar que o pequeno produtor paga tributo superior ao microempresário, Peninha destacou a importância do benefício.

Criada a Semana de Celebração dos Movimentos Evangélicos

Criada em Santa Catarina a Semana de Celebração da Cultura e dos Movimentos Evangélicos, a ser celebrada, anualmente, de 24 a 30 de novembro. A matéria foi aprovada em Plenário com emenda modificativa do deputado Narcizo Parisotto (PTB) ao Projeto de Lei nº 345/06, do deputado Joares Ponticelli (PP). Durante o período, serão homenageados músicos evangélicos, atores, escritores e movimentos de jovens evangélicos; movimentos de senhoras evangélicas;

homens e mulheres missionários que se dedicam à difusão dos princípios cristãos evangélicos e grupos de crianças e adolescentes evangélicos.

Na justificativa, Ponticelli destacou que a proposição objetiva estimular e promover o conagração dos movimentos evangélicos em Santa Catarina, optando-se pela última semana do mês de novembro de cada ano por ser a data de 30 de novembro como o Dia Nacional dos Evangélicos.



Ponticelli: princípios cristãos

Herneus comenta situação da Epagri

A auditoria realizada na Epagri, que apontou indícios de irregularidades, foi comentada, dia 4, pelo líder do Governo, deputado Herneus de Nadal (PMDB). De acordo com o parlamentar, o presidente da instituição, Murilo Flores, determinou todos os procedimentos legais culminando com a investigação.

A auditoria foi realizada entre os meses de março e de abril. Ela acarretou a suspensão de todos pagamentos da empresa prestadoras de serviços. Também foi instaurada uma sindicância para averiguar possíveis irregularidades.

Um processo administrativo

também foi aberto para punir as pessoas que motivaram algum dano para o erário público. "O presidente tomou providências para o afastamento dos responsáveis pelo contrato da prestadora de serviços", observou Herneus.

Uma auditoria externa também foi solicitada e será realizada pela Secretaria de Estado da Fazenda, que está examinando todos os documentos para que o governo possa prestar contas à sociedade. O Tribunal de Contas do Estado também fará uma auditoria. Para o deputado, as ações foram tomadas com cuidado e zelo com a estrutura

da Epagri, "visando proteger o patrimônio dos catarinenses".



Herneus: procedimentos legais

Soares destaca 43 anos do Hospital da Polícia Militar Comandante Lara Ribas



Soares: homenagem à instituição

Os 43 anos de criação do Hospital da Polícia Militar Comandante Lara Ribas (HPM), celebrados 22 de novembro, foram destacados pelo deputado Sargento Amauri Soares (PDT). O aniversário foi comemorado no pátio do HPM e homenageou policiais militares e funcionários civis.

Soares ainda afirmou que, na ocasião, alguns policiais que ingressaram na Reserva Remunerada em 2006 receberam o Diploma de Honra ao Mérito. Seis funcionárias civis foram escolhidas Destaque do Ano, em razão

do desempenho exemplar de suas atividades.

Os policiais militares que se destacaram em suas atividades foram agraciados com o Brasão do Mérito Pessoal. Dezoito policiais receberam o Brasão do Mérito - 3ª e 2ª Categorias. "É muito importante ver esse tipo de ação. Temos que, cada vez mais, destacar os servidores públicos que trabalham com garra e vontade", disse. Segundo o deputado, no evento ainda foi inaugurada uma ala do hospital.

Homenagens

O parlamentar destacou algumas homenagens feitas durante a semana na Assembleia, como a sessão solene para comemorar os 80 anos da Academia de Polícia Militar, e a homenagem ao membro da Polícia Militar e Corpo de Bombeiros, Cilézio Ramos, que recebeu a medalha Coronel Lopes Vieira, no Comando da Polícia Militar. Ele atuou no salvamento de uma recém-nascida - caso que ganhou repercussão nacional.

GERAL

Legislativo lança *O Brasil em Debate* em forma de livro

Obra resgata palestras de expoentes da cultura, esporte, política e jornalismo

Fernanda Montenegro, Lya Luft, Lars Grael, Amyr Klink, Caco Barcellos, Hans Donner e Ricardo Noblat reuniram seus talentos, conhecimentos e múltiplas experiências adquiridas ao longo da vida para dizer o que pensam e o que querem para o Brasil de hoje.

O resultado está no livro *O Brasil em Debate*, que será lançado no dia 11, às 14h30, na Sala de Im-

prensa da Casa Legislativa. O livro foi produzido a partir das palestras do programa de mesmo nome, desenvolvido pela Assembléia Legislativa ao longo de 2007.

Em sete encontros com entrada franca ao público, mais de 3.500 pessoas puderam conferir as palestras que trouxeram para Santa Catarina a discussão de temas como política, esporte,

cultura, artes e jornalismo. A iniciativa teve o apoio do Sindicato dos Jornalistas Profissionais de Santa Catarina e da ACI - Associação Catarinense de Imprensa.

Narrativa

Organizado pela Diretoria de Comunicação Social da Assembléia, o livro traz o conteúdo das sete palestras realizadas, mantendo a narrativa em primeira pessoa, que reproduz com fidelidade os assuntos abordados, as polêmicas e até situações de descontração e humor vividos em cada encontro.

Foram agregados à obra o perfil de cada um dos painelistas convidados e ainda um histórico das principais obras e premiações, assim como o caminho para estabelecer contato direto com eles.

"O Programa cumpriu seu grande objetivo que era o de aproximar o público da Casa Legislativa, que é de todos os cidadãos e precisa ser utilizada para a construção do debate e da democracia. Agora, o livro chega para levar a um número ainda maior de catarinenses o rico conteúdo trazido por estas personalidades e para estimular as pessoas a refletir sobre o estado e o país que queremos", resume Julio Garcia, presidente da Assembléia Legislativa de Santa Catarina.



Caco Barcellos abriu o ciclo de palestras falando da violência no país

Aguiar comemora implantação de Cooperativa em Canoinhas

Canoinhas, no Planalto Norte catarinense, é a nova sede da Cooperativa Central Oeste Catarinense Aurora, um dos maiores conglomerados industriais do Brasil e referência mundial na tecnologia de processamento de rações, de carnes suínas e de aves, entre outros produtos. A cooperativa foi instalada dia 6.

A comunicação foi feita com entusiasmo pelo deputado Antônio Aguiar (PMDB), que agradeceu o empenho e a determinação do governador Luiz Henrique da Silveira (PMDB) por proporcionar condições para a instalação de novas empresas no estado. "É motivo de orgulho levar o agronegócio para o Planalto Norte e região", come-



Aguiar: entusiasmo

morou o parlamentar.

Aguiar falou, ainda, que o Parlamento catarinense, através da Frente Parlamentar do Cooperativismo, ajudará as

cooperativas instaladas a se desenvolverem. Segundo ele, os pequenos agricultores serão os grandes beneficiados.

Aguiar também destacou a vitória de Santa Catarina para conquistar o empreendimento, deixando para trás estados do Rio Grande do Sul, Paraná e Mato Grosso, que também estavam lutando pela instalação da Aurora. "Santa Catarina, o Planalto Norte e os catarinenses foram os grandes vencedores", comemorou.

Em aparte, o deputado Sargento Soares (PDT) falou que a vitória foi também de Aguiar, que travou luta incansável. "Agora queremos a Sadia em Mafra", afirmou Aguiar.

[GABINETES]

SEGURANÇA ALIMENTAR

A Frente Parlamentar sobre a Segurança Alimentar, coordenada pelo deputado Dirceu Dresch (PT), se reuniu no dia 4 para discutir as demandas para o ano de 2008. Foram apontadas como prioridade a discussão e a criação da lei orgânica da segurança alimentar, para que o estado não perca recursos federais destinados para esta iniciativa, e a aprovação de um projeto de lei que isenta a cobrança de ICMS do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).

No cronograma de trabalho, foi estabelecido que a Frente definiu se reunirá a cada 60 dias. Serão realizados debates e audiências públicas nas regiões do estado. (Assessoria do gabinete do deputado Dirceu Dresch)

CARVÃO MINERAL

Na reunião conjunta das bancadas do PP de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, realizada na semana passada em Florianópolis, o deputado Valmir Comin (PP) propôs ação conjunta dos estados em defesa do aproveitamento da rica jazida de carvão mineral existente nas duas unidades da Federação. A idéia central é o aproveitamento das jazidas para transformação em diesel de carvão, possibilidade técnica já aprovada pela Petrobras. Comin lembrou que só com as reservas existentes nos dois estados será possível a produção de 300 mil barris de diesel por dia.

Comin entende que o trabalho conjunto em torno da bandeira deverá resultar na criação de uma Frente unindo catarinenses e gaúchos. De acordo o parlamentar, repassando informações do secretário-executivo do Sindicato da Indústria de Extração de Carvão de Santa Catarina, Fernando Zancan, a planta piloto para a produção do diesel a carvão será instalada em Criciúma ou em um município gaúcho. O empreendimento surgirá de parceria entre o Centro de Tecnologia em Carvão, Associação Brasileira de Carvão Mineral, Centro de Pesquisa da Petrobras, PUC/RS e URGs. (Jandyr Côrte Real, assessor da bancada do PP)

COMISSÕES PARTICIPATIVAS

O presidente da Comissão de Legislação Participativa, deputado Jailson Lima da Silva (PT), propôs aos vereadores presentes no encontro da União das Câmaras de Vereadores de Santa Catarina (UCAV), em Florianópolis, a criação de comissões com a mesma função da existente na Assembléia Legislativa no âmbito municipal. Os mais de 400 participantes do encontro, que começou no dia 28 de novembro, receberam uma minuta de projeto de lei para apreciação das Câmaras.

A Comissão de Legislação Participativa, criada em 2004, abriu um caminho mais eficaz às propostas, sugestões e reivindicações de associações, entidades, organizações e movimentos sociais, encurtando o caminho entre o Legislativo estadual e a sociedade. Este foi um grande avanço na relação Parlamento/sociedade, sem dúvida, justifica o parlamentar. (Mirela Maria Vieira, assessora do deputado Jailson Lima)

MATA ATLÂNTICA

O deputado Elizeu Mattos (PMDB) participou no dia 5, na Fiesc, de mais uma reunião do Grupo Tarefa da Federação das Indústrias de Santa Catarina. O grupo, formado por integrantes de segmentos da sociedade catarinense (Acer, Alesc, Epagri, Fatma, Amures, SDS, UFSC), tem como missão adequar a regulamentação da Lei da Mata Atlântica (Lei 11.428, de 22/12/2006), tornando-a compatível à realidade econômica e social de todo o estado catarinense.

Para Mattos, Santa Catarina deve ter uma posição firme, encontrando parâmetros técnicos políticos que contemplem os interesses de Santa Catarina. Lembrou aos participantes da reunião de que a Serra catarinense será a maior prejudicada caso o Conselho Nacional de Meio Ambiente (Conama) não tenha um maior conhecimento sobre a real situação daquela região que inicia um ciclo de novos projetos, tais como o enoturismo, fruticultura de clima temperado, produção de flores, além do turismo rural. (Carla Reche, assessora do deputado Elizeu Mattos)

COMUNIDADE

A luta contra a violência doméstica

Caravanas de diversas partes do estado prestigiam jornada com a presença de Maria da Penha

Tatiani Magalhães
Patrícia Jacomel

Cerca de 800 pessoas lotaram o auditório do Centro Multiuso de São José, na abertura da 1ª Jornada Catarinense Maria da Penha, no dia 1º de dezembro. Mulheres e homens vieram, em caravanas, de várias cidades do estado para assistir à mulher que emprestou o nome ao evento e inspirou a criação da Lei nº11.340/2006, de erradicação da violência doméstica e familiar.

Para a deputada Ada De Luca (PMDB), presidente da Comissão de Direitos e Garantias Fundamentais e de Amparo à Família e à Mulher, Santa Catarina viveu um momento único e histórico. “Pela primeira vez, pudemos ver e ouvir esta mulher - símbolo da luta pela erradicação da violência contra as mulheres”, observou. Em nome do Poder Legislativo catarinense, a parlamentar homenageou Maria

da Penha com uma placa.

Na palestra que encerrou o evento, Maria da Penha fez um relato da sua história de vida, das agressões sofridas e a luta pela aprovação da lei que leva seu nome. Ela ainda ressaltou o pioneirismo de Santa Catarina na criação de três varas cíveis específicas para casos de violência doméstica, mas também fez um apelo para a criação de mais delegacias especializadas e de casas abrigo para atendimento de mulheres e seus filhos em situação de risco. “Com o passar dos anos, espero que falemos de violência doméstica como hoje se fala do nazismo, como um período obscuro que faz parte do passado”, finalizou Maria da Penha.

O evento marcou a abertura oficial da Jornada que, em 2008, vai percorrer as principais cidades catarinenses para orientar, informar e construir políticas públicas de combate à violência doméstica.



Fotos: Carlos Kilian

Público lota auditório do Centro Multiuso de São José na abertura da 1ª Jornada Catarinense Maria da Penha

Mais mortes que o câncer



Deputada Ada De Luca, que coordenou a abertura do evento

Em 2007, a Organização Mundial da Saúde revelou que a violência doméstica é a principal causa de mortes e deficiências entre mulheres de 16 a 44 anos, matando mais do que o câncer e o acidente de trânsito.

Cerca de 70% das mulheres que são vítimas de violência doméstica no mundo são mortas por seus maridos e supostos agressores. De acordo com a instituição, são registrados por ano 15 mil estupros no Brasil, mostrando que, um em cada cinco dias de falta ao trabalho, é causado pela violência contra as mulheres dentro de suas casas.

A pesquisa apontou números assustadores com relação à agressão contra as mulheres. Aproximadamente, no Brasil, 2,1 milhões de mulheres são espancadas por ano;

175 mil por mês; 5,8 mil por dia; 243 por hora, quatro por minuto e uma a cada 15 segundos.

Diante desse cenário, a luta contra a agressão ganhou força e as denúncias aumentaram. Mulheres que antes se intimidavam, com medo de sofrer ainda mais violência, passaram a procurar a Central de Atendimento à Mulher, cujo número de contato em todo o território nacional é o 180.

Casos de agressão em Florianópolis podem ser registrados na Delegacia de Proteção à Mulher ou na Delegacia de Polícia mais próxima à residência da vítima. Em casos de agressão sexual, também em Florianópolis, a vítima pode procurar a emergência da Maternidade Carmela Dutra ou a emergência Obstétrica do Hospital Universitário.

Maria da Penha comemora resultados da lei

Pela primeira vez no estado, a biofarmacêutica Maria da Penha Maia participou, dia 1, da 1ª Jornada Catarinense. Por intermédio da deputada Ada De Luca (PMDB), em nome da bancada feminina da Casa, a Assembléia recebeu Maria da Penha para uma entrevista coletiva no dia 30 de novembro. Na oportunidade, falou sobre sua história de vida e da conquista, após 20 anos de luta, da Lei 11.340, que protege as mulheres vítimas de violência doméstica e familiar.

Diante das agressões sofridas por seu ex-marido, que por duas vezes tentou matá-la, Maria da Penha resolveu dar um basta e fazer justiça. Sua experiência serviu de incentivo a outras vítimas. “Pensando nas mulheres que sofrem algum tipo de agressão, resolvi

lutar por medidas que possam proteger e evitar a violência contra as mulheres. Com apenas um ano e meio de existência, a lei 11.340, sancionada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva em agosto do ano passado, vem apresentando bons resultados.”

Ao ser questionada sobre a eficácia da lei e o papel das mulheres diante da novidade, Maria da Penha falou que, “em alguns estados a lei vem sendo aplicada com mais rigor e as mulheres têm procurado mais fazer cumprir seus direitos”.



Maria, de vítima à combatente

Em defesa da divulgação e popularização

Maria da Penha lamentou a falta um trabalho de divulgação mais intenso para esclarecer os benefícios da lei, estimulando as vítimas a recorrerem a seus direitos.

Neste sentido, ela sugeriu que qualquer pessoa que tenha o mínimo de conhecimento sobre o assunto repasse informações sobre a lei de boca em boca para vizinhos, familiares e amigos.

A lei altera o Código Penal

e permite que os agressores sejam presos em flagrante ou tenham a prisão preventiva decretada, pondo fim às penas pecuniárias, em que o réu é condenado a pagar cestas básicas ou multas.

A iniciativa também traz medidas para proteger a mulher agredida, que está em situação de agressão ou corre risco de vida. Entre elas, a saída do agressor de casa, a proteção aos filhos e o direito de a mu-

lher reaver seus bens e cancelar procurações feitas em nome do agressor.

A 1ª Jornada Catarinense Maria da Penha, que vai percorrer 12 municípios em 2008, tem a finalidade de orientar, informar, além de construir políticas públicas para criação de uma rede de apoio. “É importante ressaltar que a lei não tem o propósito de punir homens, mas de prevenir e acabar com as agressões”, acrescentou.